



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

Tendo em conta a necessidade de mais tempo para negociar com as companhias de autocarros os pormenores dos novos contratos do serviço, em Julho passado, ou seja, na altura em que faltavam apenas dois dias para o seu termo, é que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) veio anunciar a renovação, a curto prazo, por 15 meses, dos anteriores contratos, acto que foi criticado pela sociedade.

Durante a sessão de debate das LAG do ano passado, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas confessou que já sabia do termo dos contratos de autocarros há muito tempo, afirmando ainda que uma renovação provisória não era o pretendido, só que não tinham conseguido despachar os trabalhos a tempo; sublinhou também que, no restante do seu mandato, ainda ia precisar de tratar de sete contratos de concessão, incluindo os dos serviços de autocarros.

Ora, faltam cerca de nove meses para o termo dos contratos provisórios e o Governo nunca ouviu o público sobre a sua renovação, nem revelou qual o andamento das negociações com as companhias de autocarros, por isso é preocupante que tal renovação provisória possa vir a ser repetida num curto espaço de tempo. Mais, de que medidas de longo prazo dispõe o Governo, para melhorar a qualidade dos serviços de autocarros, é também uma questão que merece a nossa atenção.

Os serviços públicos têm estreitamente a ver com a vida da população, pois os problemas surgidos nos contratos de concessão não afectam apenas a vida quotidiana dos residentes, podendo também prejudicar os interesses dos respectivos trabalhadores. É lamentável que os trabalhos relativos à



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

abertura de concursos públicos e à concessão de serviços nunca fiquem prontos a tempo, o que se tem repetido constantemente nos Serviços Públicos, levando a que os contratos, quando estão quase no seu termo, sejam renovados provisoriamente com o pretexto da falta de tempo; ou que, pela questão da falta de capacidade na negociação dos preços, algumas cláusulas injustas sejam mantidas nos contratos renovados, prejudicando gravemente o interesse público. A falta de transparência no processo de concessão; a falta de um mecanismo de auscultação pública aperfeiçoado; a divulgação das coisas só depois de estarem prontas; as prolongadas negociações com o concessionário sobre as condições, realizadas depois de conceder o contrato, que podem levantar suspeitas de esse concessionário estar a ser beneficiado de forma propositada; ou a crítica às cláusulas contratuais por não conseguirem salvaguardar os interesses da população, foram as questões mais criticadas pela sociedade, mas, mesmo assim, nada se pôde fazer, a não ser aceitá-las. Pelo exposto, há que otimizar, o mais rápido possível, todo o processo de concessão dos serviços públicos, para salvaguardar o interesse público.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação das negociações sobre os contratos relativos ao serviço de autocarros? Quais são os principais problemas existentes actualmente em tais serviços, que vão ser resolvidos nos novos contratos?

2. Actualmente, apenas alguns contratos de concessão exclusiva e de concessão pública exigem a realização de negociações dois ou três anos antes do termo da concessão, para definição do futuro rumo, a fim de evitar a repetição de “os trabalhos serem realizados apressadamente na ‘véspera’ do termo da concessão ou de a concessão ser renovada provisoriamente”. Será que a exigência acima referida vai ser estendida a todos os contratos de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

concessão exclusiva e de concessão pública?

3. O prazo de vários contratos de concessão do serviço público vai terminar este ano. O Governo vai ouvir primeiro a população antes de avançar com as novas concessões? O Governo vai definir claramente os mecanismos de consulta, apreciação e autorização, e divulgação dos contratos de concessão do serviço público, para evitar que as coisas só sejam divulgadas depois de estarem prontas e que mais algum contrato seja contra as expectativas do público?

31 de Janeiro de 2019

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Lei Cheng I**